



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**EDITAL 01/2017 - NÍVEL SUPERIOR**

**ANALISTA JUDICIÁRIO - FUNÇÃO ADMINISTRATIVA**

**BLOCO**

**B**

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

- I. Nesta prova, você encontrará 07 (sete) páginas numeradas sequencialmente, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (09 questões), Raciocínio Lógico (08 questões), Legislação (08 questões), Conhecimentos Específicos (25 questões) e uma prova discursiva composta por 01 (um) tema de redação.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- VII. A resposta da Prova Discursiva deverá conter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas. Transcreva-a, com caneta azul ou preta, para a Folha de Respostas, no espaço correspondente.
- VIII. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- IX. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- X. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XI. Você dispõe de 04 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- XII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 02 (duas) horas após seu início.
- XIII. Os candidatos poderão levar seu Caderno de Questões somente após transcorridas 03h30m (três horas e trinta minutos) do início das provas.
- XIV. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

**Boa Prova!**



DESTAQUE AQUI



**GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO**



Nome:

Assinatura do Candidato:

Inscrição:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<input type="checkbox"/>																								

# RASCUNHO

## Texto I

Há algum tempo, venho estudando as piadas, com ênfase em sua constituição linguística. Por isso, embora a afirmação a seguir possa parecer surpreendente, creio que posso garantir que se trata de uma verdade quase banal: as piadas fornecem simultaneamente um dos melhores retratos dos valores e problemas de uma sociedade, por um lado, e uma coleção de fatos e dados impressionantes para quem quer saber o que é e como funciona uma língua, por outro. Se se quiser descobrir os problemas com os quais uma sociedade se debate, uma coleção de piadas fornecerá excelente pista: sexualidade, etnia/raça e outras diferenças, instituições (igreja, escola, casamento, política), morte, tudo isso está sempre presente nas piadas que circulam anonimamente e que são ouvidas e contadas por todo mundo em todo o mundo. [...]

Mas as piadas também podem servir de suporte empírico para uma teoria mais aprofundada e sofisticada de como funciona uma língua, especialmente porque se trata de um *corpus* que, além de expor traços do que nela é sistemático (gramatical) e, paradoxalmente, “desarrumado”, contribui para deixar muito claro que uma língua funciona sempre em relação a um contexto culturalmente relevante e que cada texto requer uma relação com outros textos. [...]

A conclusão óbvia é que uma língua não é como nos ensinaram: clara e relacionada diretamente a um fato ou situação que ela representa como um espelho. Praticamente cada segmento da língua deriva para outro sentido, presta-se a outra interpretação, por razões variadas. Pelo menos, é o que as piadas mostram. E elas não são poucas. Ou, no mínimo, nós as ouvimos muitas vezes.

(POSSENTI, Sírio. O humor e a língua. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, SBPC, v.30, n.176, out. 2001)

## 1) Em relação ao texto, é correto afirmar que:

- emprega a pessoalidade gramatical uma vez que não pretende explicitar um posicionamento.
- ao se preocupar com a dimensão social das piadas, o autor deixa de lado os aspectos linguísticos.
- aborda, através de um recorte específico e também linguístico, um tema bastante corriqueiro em sociedades de diferentes épocas.
- aponta a necessidade de estudar as piadas fora dos contextos sociais em que são produzidas.
- a diversidade de temas que compõe as piadas dificulta a apreensão dos sentidos que ela produz.

## 2) A análise do emprego dos tempos verbais em “Há algum tempo, venho estudando as piadas”(1º§) revela que, semanticamente, as duas formas em destaque indicam, nessa ordem, as noções de:

- passado e continuidade.
- presente e projeto futuro.
- simultaneidade e presente.
- ordem e suposição.
- futuro e constatação.

## Considere o fragmento abaixo para responder às questões 3 e 4.

“A conclusão óbvia é que uma língua não é como nos ensinaram: clara e relacionada diretamente a um fato ou situação que ela representa como um espelho.” (3º§)

## 3) Sabendo tratar-se de um período composto, estrutura mais complexa na língua, analise as afirmações abaixo.

- A segunda oração é “que uma língua não é clara e relacionada diretamente a um fato ou situação” e exerce a função sintática de predicativo.
- Ocorrem, no período, duas orações subordinadas adverbiais de valores semânticos distintos.
- O trecho “a um fato ou situação” exemplifica termos coordenados entre si.
- A primeira oração classifica-se como subordinada substantiva subjetiva.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas incorretas.

- I e II, apenas
- II e IV, apenas
- III, apenas
- I e III, apenas
- IV, apenas

## 4) Ao aproximar, semanticamente, a língua de um espelho, o autor emprega a seguinte figura de linguagem:

- Hipérbole.
- Metáfora.
- Eufemismo.
- Símile.
- Prosopopeia.

## 5) A conjunção “Mas” que introduz o segundo parágrafo cumpre papel coesivo e tem seu emprego justificado pela seguinte razão:

- introduz uma opinião contrária à do autor.
- ratifica a informação imediatamente anterior.
- contrapõe aspectos excludentes no estudo das piadas.
- expõe a fragilidade da informação que a antecede.
- desenvolve uma oposição já referida anteriormente.

## 6) No trecho “Se se quiser descobrir os problemas com os quais uma sociedade se debate, uma coleção de piadas fornecerá excelente pista:”, a preposição em destaque ocorre em função de uma exigência de regência. Dentre as frases abaixo, assinale aquela em se verifica um ERRO no emprego do termo regido em destaque.

- O supervisor chamou todos os funcionários.
- O adiamento do evento implicará em corte de verbas.
- Eles não se esqueceram da data da audiência.
- Os candidatos visavam a um resultado eficiente.
- Perdoaram aos agressores.

## 7) No início do último parágrafo, o autor faz referência a uma conclusão e, por meio da construção verbal “nos ensinaram”, assume uma estratégia de:

- alheamento.
- distanciamento.
- generalização.
- imparcialidade.
- descontração.

## 8) Assinale a opção em que o vocábulo “que” em destaque, embora também cumpra papel coesivo, exerça função morfossintática distinta da dos demais.

- “ou situação que ela representa” (3º§).
- “posso garantir que se trata de uma verdade” (1º§).
- “para quem quer saber o que é e como funciona” (1º§).
- “está sempre presente nas piadas que circulam” (1º§).
- “porque se trata de um *corpus* que, além de expor traços” (2º§).

## Texto II

## A EVOLUÇÃO DO HOMEM E DO COMPUTADOR



## 9) A observação dos elementos não-verbais do texto é responsável pelo entendimento do humor sugerido. Nesse sentido, a evolução do homem e do computador, através de tais elementos, deve ser entendida como:

- complementar.
- semelhante.
- conflitante.
- antitética.
- idealizada.

- 10) As expressões  $E_1: (p \wedge r) \vee (\sim p \wedge r)$  e  $E_2: (q \vee s) \wedge (\sim q \vee s)$  são compostas pelas quatro proposições lógicas  $p, q, r$  e  $s$ . Os valores lógicos assumidos pela expressão  $E_1$  e  $E_2$  são os mesmos valores lógicos da expressão:
- $r \vee s$
  - $\sim r \wedge \sim s$
  - $\sim r \vee s$
  - $r \vee \sim s$
  - $r \wedge s$
- 11) Um assistente judiciário deve analisar processos cada qual com exatamente 150 laudas. Um processo é considerado analisado se, e somente se, um técnico tiver lido pelo menos 135 laudas. Em outras palavras, um processo não é considerado analisado se, e somente se:
- no máximo 15 laudas não forem lidas
  - 15 laudas não forem lidas
  - no máximo 134 laudas forem lidas
  - no mínimo 15 laudas forem lidas
  - 14 laudas não forem lidas
- 12) Se  $p$ : o laudo foi elaborado e  $q$ : o parecer jurídico foi concluído, são duas proposições lógicas simples, então a proposição lógica: “Se o parecer jurídico não foi concluído, então o laudo foi elaborado” é falsa se, e somente se, a proposição:
- $p \vee q$  for verdade
  - $\sim q$  for verdade
  - $p \wedge q$  for falsa
  - $p \vee q$  for falsa
  - $p$  for falsa
- 13) Os imóveis de Paula, Sheila e Carla são, não necessariamente nessa ordem, um apartamento, uma casa térrea e um sobrado. Um dos imóveis fica em São Paulo, outro em Minas e o outro em Pernambuco. O imóvel de Paula é em São Paulo, o imóvel de Carla é um sobrado, o imóvel de Sheila não é em Minas e não é um apartamento. As cidades onde ficam o apartamento, a casa térrea e o sobrado, são respectivamente:
- São Paulo, Minas e Pernambuco
  - São Paulo, Pernambuco e Minas
  - Pernambuco, Minas e São Paulo
  - Pernambuco, São Paulo e Minas
  - Minas, São Paulo e Pernambuco
- 14) Considere os conjuntos  $A = \{0,2,3,5,6\}$ ;  $B = \{2,3,5,6,9\}$  e  $C = \{0,2,4,6\}$ . Sabe-se que a soma de todos os elementos do conjunto  $[A \cap (C - B)]$  representa o total de processos que necessitam de um parecer técnico. Nessas condições, o total de processos sem parecer técnico é:
- 0
  - 8
  - 7
  - 11
  - 2
- 15) Considerando a sequência lógica 2,3,6,6,18,12,54,24,...., sabe-se que a diferença entre o décimo primeiro termo e o décimo segundo termo, nessa ordem, indica o total de vagas num concurso para analista judiciário. Nessas circunstâncias, se 500 candidatos passarem no concurso, o total desses candidatos que não preencherão as vagas será:
- 362
  - 206
  - 62
  - 380
  - 110

- 16) Um assistente judiciário analisou, num primeiro dia de trabalho, 7 laudas de um processo com 785 laudas, num segundo dia analisou 3 laudas a mais do processo que no primeiro dia. Se a cada dia de trabalho esse assistente analisar 3 laudas a mais do processo que no dia anterior, então, após 15 dias de trabalho, o total de laudas do processo que ainda faltarão para serem analisados será igual a:
- 420
  - 365
  - 295
  - 340
  - 435
- 17) Para acessar os dados de um arquivo um técnico judiciário deve saber o valor de  $x$  que é solução da equação  $x + \frac{x}{2} + \frac{x}{4} + \dots = 6$ . Nessas condições o valor de  $x$  deve ser:
- 2
  - 1,5
  - 2,5
  - 3
  - 1

LEGISLAÇÃO

- 18) De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, são atribuições dos Desembargadores Relatores, exceto:
- Decidir sobre o pedido de assistência judiciária gratuita
  - Fiscalizar o pagamento de taxas, impostos, custas e emolumentos
  - Redigir acórdão e ementa quando seu voto for vencedor
  - Proferir sentença de mérito absolutória em processo de competência originária do Tribunal de Justiça
  - Indeferir liminarmente revisões criminais quando julgar insuficientemente instruído o pedido
- 19) Sobre a Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco, analise os itens a seguir:
- A Corregedoria Geral de Justiça é um órgão formado por desembargador e juízes auxiliares e tem como propósito fiscalizar, controlar, orientar e disciplinar os magistrados de primeiro grau e servidores.
  - A designação de juízes corregedores auxiliares perdurará mesmo com o término do mandato do Corregedor Geral.
  - O Corregedor Geral da Justiça poderá requisitar qualquer processo aos juízes de primeiro grau de jurisdição para tomar as atitudes que achar conveniente, oficiando nos próprios autos quando necessário ao andamento dos serviços.
  - A Corregedoria Geral de Justiça fará correição geral em todas as circunscrições, com abrangência anual de 60% (sessenta por cento) das unidades judiciárias existentes.
- Assinale a alternativa correta.
- Apenas I e III são corretos
  - Apenas II e IV são corretos
  - Apenas I, II e IV são incorretos
  - Apenas I, IV são incorretos
  - I, II, III e IV são corretos
- 20) Além do vencimento, poderão ser conferidas, aos funcionários públicos do Estado de Pernambuco, diversas vantagens. Assinale a alternativa que não contém uma das vantagens contempladas legalmente:
- Auxílio para diferença de caixa
  - Ajuda de custo
  - Bônus de produtividade
  - Diárias
  - Gratificações

21) A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) almeja diversos resultados. Assinale a alternativa que **não** contempla um dos objetivos dispostos na lei que criou a política nacional mencionada:

- a) Estimular o desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões
- b) Reduzir emissões de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes
- c) Preservar e recuperar recursos naturais
- d) Desestimular políticas públicas de incentivo à utilização de energia produzida a partir da manipulação de material nuclear
- e) Consolidar a expansão de áreas legalmente protegidas

22) Assinale a alternativa que apresenta a correta definição de Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P):

- a) Programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade
- b) Documento produzido por organizações não governamentais expondo criticamente as mazelas ambientais ocasionadas pela atividade do Estado brasileiro
- c) Projeto de lei elaborado por membro da Câmara dos Deputados que vise estimular a competitividade empresarial sem descuidar da defesa do meio ambiente
- d) Ato normativo elaborado pelo Presidente da República com o objetivo de regulamentar a Política Nacional sobre mudanças Climáticas
- e) Documento produzido por organização internacional com o objetivo de auxiliar as autoridades brasileiras a se adequarem à realidade mundial protetora do meio ambiente

23) Assinale a alternativa que **não** contenha ato de competência da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP) disposto em lei.

- a) Sugerir ações para a divulgação das práticas de sustentabilidade
- b) Indicar cronograma para a implantação de sistema integrado de informações para acompanhar a execução das ações de sustentabilidade
- c) Indicar regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável
- d) Expedir ofício à Câmara dos Deputados para que elaborem projeto de lei atinente à logística sustentável
- e) Propor a elaboração de normas para ações de logística sustentável

24) Sobre os Direitos de mobilidade das pessoas com deficiência, identifique e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) As empresas de transporte coletivo deverão diligenciar perante o gestor público responsável para obtenção de certificação de acessibilidade que possibilite a colocação de símbolo internacional de acesso nos veículos
- b) As frotas de taxi devem reservar o percentual de 15% (quinze por cento) de seus veículos acessíveis
- c) As locadoras de veículos devem disponibilizar 1 (um) veículo adaptado ao uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota
- d) Veículos estacionados em vagas reservadas para deficientes físicos devem exibir identificação confeccionada pelo órgão de trânsito local
- e) É defeso a criação de tarifa diferenciada pelo serviço de táxi prestado à pessoa com deficiência

25) Cada Tribunal brasileiro possui uma Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, que possuem natureza multidisciplinar e contam com a participação de magistrados e servidores. Assinale a alternativa que **não** contém uma das atribuições das mencionadas Comissões:

- a) Fiscalizar o registro de audiência por meio de filmagem sempre que presente pessoa com deficiência auditiva
- b) Permitir a entrada e permanência de cães-guia nas dependências públicas
- c) Realizar oficinas de conscientização de servidores e magistrados sobre direitos das pessoas com deficiência
- d) Requerer nomeação de tradutor e intérprete de linguagem brasileira de sinais, sempre que figurar no processo pessoa com deficiência auditiva
- e) Suspender a eficácia de ordem judicial que não atentou para o cumprimento de diretrizes nacionais de inclusão social de pessoa com deficiência

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26) O pregão é uma modalidade de licitação que poderá ser empregada para aquisição de bens e serviços comuns. Assinale a alternativa que **não** contém elemento da fase preparatória do pregão:

- a) Justificação, por parte da autoridade, sobre a necessidade de contratação
- b) Definição do objeto do certame e as exigências de habilitação
- c) Estabelecimento dos critérios de aceitação
- d) Determinação das sanções por inadimplemento do contrato
- e) Elaboração de cláusulas contratuais, sem a necessidade de fixação de prazos

27) O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) é aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização de eventos e obras específicas. Assinale a alternativa que apresenta hipótese em que o regime citado **não** será aplicado:

- a) Ações no âmbito da segurança pública
- b) Obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde
- c) Ações culturais estabelecidas em plano nacional
- d) Obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma e administração de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo
- e) Serviços de engenharia relacionados a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística

28) **Não** constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito o comportamento do agente público que:

- a) Recebe bem móvel a título de comissão de quem possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente de suas atribuições
- b) Adquire, para si ou para outrem, mesmo fora do exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à sua evolução patrimonial
- c) Exerce atividade de consultoria que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público
- d) Utiliza em obra particular veículo à disposição de autarquia
- e) Percebe vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública

29) A alienação de bens da Administração Pública é subordinada à existência de interesse público justificado. Sobre essa modalidade de atuação da Administração, assinale a alternativa correta:

- a) A alienação de imóveis não dependerá de autorização legislativa quando realizada por entidades fundacionais
- b) A doação de bem móvel deverá ser precedida de licitação, mesmo nos casos em que se destina a fins e uso de interesse social
- c) A alienação de bens imóveis será sempre realizada por meio de licitação na modalidade leilão
- d) Não é possível a permuta de imóveis pela Administração Pública, mesmo que o novo imóvel atenda aos requisitos estabelecidos nas normas administrativas
- e) É dispensada a licitação quando da venda de ações passíveis de serem negociadas em bolsa de valores

30) O controle judicial da Administração Pública pode ser observado sobre diferentes pontos de vista, entretanto, há consenso sobre a sua extensão. Assinale abaixo a alternativa que apresenta a correta delimitação do controle judicial dos atos administrativos:

- a) Cabe ao Judiciário avaliar a realidade e a legitimidade dos motivos que inspiraram a emissão de ato discricionário por parte da Administração Pública
- b) Não há abuso de poder por atos relacionados ao poder legislativo do órgão administrativo
- c) É vedado ao Judiciário avaliar a causa do ato, esta relacionada à pertinência entre o elemento que gerou esse ato e a finalidade determinada na norma
- d) Na análise da legitimidade do ato administrativo, não pode o Judiciário examinar a finalidade daquela medida
- e) O desvio de poder não se verifica quando do manejo de uma competência Administrativa em descompasso com a finalidade jurídico-normativa

31) Sobre as causas excludentes da responsabilidade do Estado, analise os itens a seguir:

- I. Caso seja verificado no caso concreto culpa concorrente, o Estado não tem o dever de indenizar a vítima.
- II. Mesmo nos casos de força maior, ante a existência de omissão do Estado na realização de um serviço, este poderá ser responsabilizado
- III. O nexo de causalidade é fundamento para a responsabilidade civil do Estado, não sendo verificada a sua existência, não caberá indenização pelo ente público.
- IV. Força maior é um resultado imprevisível, observável a partir do caso concreto.

**Assinale a alternativa correta.**

- a) Apenas I e II são corretos
- b) Apenas II, III e IV são corretos
- c) Apenas I e IV são corretos
- d) I, II, III e IV são incorretos
- e) I, II, III e IV são corretos

32) Serviço público pode ser conceituado como sendo a atividade exercida pelo Estado, que comporta a prestação de utilidades aos administrados que satisfazem necessidades de interesse geral. Sobre os princípios do serviço público, assinale a alternativa incorreta:

- a) O serviço público submete-se à generalidade do público, indistintamente, dando razão à sua universalidade
- b) É um dever inescusável do Estado promover a prestação do serviço público, direta ou indiretamente, mediante autorização, concessão ou permissão
- c) É vedada a interrupção do serviço público, sendo direito dos administrados que tal não seja suspenso ou interrompido
- d) Na realização dos serviços públicos a Administração pode levar em consideração a condição pessoal que diferencia parte de seus usuários, identificando-os quando necessário
- e) A conveniência da coletividade norteia as decisões relacionadas aos serviços públicos

33) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado por meio da Emenda Constitucional nº 45, de 2004 e possui competência para controlar a atuação administrativa e financeira dos órgãos do Poder Judiciário, bem como o dever de fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados. Assinale abaixo a alternativa que apresenta informação incorreta sobre o referido Conselho:

- a) O CNJ não é formado unicamente por membros do Judiciário, sua composição apresenta membros do Ministério Público, advogados e cidadãos de notável saber jurídico
- b) Uma das funções do CNJ é elaborar, semestralmente, relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas em todo território nacional, por unidade da Federação e identificando os diferentes órgãos do Judiciário
- c) A presidência do CNJ é exercida pelo Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal e, na sua ausência ou impedimento, será substituído pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça
- d) A corregedoria do CNJ será exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça designando para compor o Conselho
- e) O CNJ representará ao Ministério Público nos casos em que notar a existência de ato configurável como crime contra a Administração Pública ou abuso de autoridade

34) Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), analise os itens a abaixo:

- I. As Comissões Parlamentares de Inquérito podem ser criadas conjuntamente, pelas duas casas do Congresso Nacional.
- II. Para a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito é necessária a apresentação de requerimento de um quarto dos membros da respectiva Casa Legislativa e servirá para apurar fato determinado.
- III. As Comissões Parlamentares de Inquérito não têm prazo determinado e, se o caso, suas conclusões serão encaminhadas ao Ministério Público, com a determinação para que promova ação penal buscando responsabilizar criminalmente os infratores.
- IV. As Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo, inclusive, determinar o cumprimento de medidas cautelares patrimoniais e pessoais.

**Assinale a alternativa correta.**

- a) Apenas III é correto
- b) Apenas I é correto
- c) Apenas I e IV são corretos
- d) Apenas II e IV são incorretos
- e) I, II, III e IV são incorretos

35) A Defensoria Pública é instituição essencial à Justiça. Incumbe aos membros da Defensoria da União e dos Estados atuar em prol daqueles considerados hipossuficientes. Também é função precípua da referida instituição, exceto:

- a) Ingressar com medidas judiciais para a garantia de direitos coletivos
- b) Prestar orientação jurídica integral e de forma gratuita
- c) Ingressar com Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal
- d) Promover a defesa dos direitos humanos
- e) Patrocinar a defesa de direitos individuais, judicialmente ou extrajudicialmente, em todos os graus de jurisdição

36) São direitos fundamentais dispostos na Constituição da República, **exceto**:

- a) Irretroatividade absoluta da lei penal, independentemente de sua natureza
- b) Inviolabilidade da vida privada
- c) Privilégio temporário ao autor para exploração de inventos industriais
- d) Obtenção de certidões em repartições públicas, independente do pagamento de taxas
- e) Associação para fins pacíficos

37) A administração do Estado brasileiro é subdividida em esferas Federal, Estadual e Municipal. Assinale abaixo alternativa que **não** contém atividade de competência exclusiva do Município:

- a) Instituir e arrecadar imposto incidente sobre os serviços locais
- b) Prestar serviço de transporte público nos limites da cidade
- c) Legislar sobre assuntos de interesse municipal
- d) Criar distritos, com observância à legislação estadual
- e) Prestar, exclusivamente, serviço de atendimento à saúde da população

38) Sobre as emendas à Constituição, analise os itens abaixo:

- I. A proposta de emenda rejeitada no Congresso Nacional não poderá se objeto de nova proposta.
- II. É vedada a elaboração de emenda que tenha por objetivo estabelecer novo sistema eleitoral por meio de voto indireto.
- III. É prerrogativa do cargo de Presidente da República a propositura de emendas à Constituição.
- IV. É proibida a promulgação de emenda constitucional na vigência de intervenção federal.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I é incorreto
- b) I e II são incorretos
- c) II e III são incorretos
- d) II e IV são incorretos
- e) I, II, III e IV são incorretos

39) A respeito da lei de responsabilidade fiscal em vigor no Brasil, analise os itens a seguir:

- I. Será nulo quaisquer atos do administrador público que acarretarem aumento da despesa com pessoal e que não levarem em consideração o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoa inativo.
- II. A destinação de recursos públicos com o objetivo de cobrir dívida de pessoa jurídica de direito público deverá ser autorizada por lei específica.
- III. É vedado, sob qualquer hipótese, a utilização de recursos públicos para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional.
- IV. É permitida empréstimo entre uma instituição financeira estatal e o respectivo ente da Federação que o controle, sendo este último beneficiário de empréstimos.

Assinale a alternativa correta.

- a) I e III são corretas
- b) II e IV são corretas
- c) I e IV são corretas
- d) II e III são corretas
- e) I e II são corretas

40) A Dívida Pública brasileira é tema regulamentado, sendo que suas diretrizes estão estabelecidas em normas vigentes em território nacional. Sobre o tema mencionado (dívida pública), assinale a alternativa que contém informação **incorreta**:

- a) A dívida pela emissão de títulos do Banco Central do Brasil é incluída no montante atualizado da dívida pública da União
- b) Integram a dívida pública os precatórios não pagos durante a execução do orçamento em que foram incluídos
- c) Cabe ao Presidente da República encaminhar à Câmara dos Deputados proposta (e posteriores revisões) contendo os limites globais para o montante da dívida consolidada da União
- d) Na hipótese de um ente Federativo ultrapassar o limite imposto para a dívida pública, ficará temporariamente proibido de realizar operações de crédito
- e) Caberá ao Ministério da Fazenda divulgar mensalmente a lista de entes Federativos que excederam o limite legal da dívida pública consolidada

41) Assinale abaixo a alternativa que apresenta uma das finalidades do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal:

- a) Estabelecer limites para os gastos elaborados pelo Poder Judiciário
- b) Formular diretrizes para o cumprimento de metas estabelecidas pelo Congresso Nacional
- c) Elaborar plano anual orçamentário com referência às taxas de juros praticadas no mercado
- d) Estabelecer limites para utilização de crédito por entes Federativos
- e) Formular o planejamento estratégico nacional

42) O orçamento público está regulamentado por meio de lei e segue determinada disposição, sendo que sua alteração é limitada pela norma. Verifique se as assertivas são verdadeiras (V) ou falsas (F) e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- ( ) Não serão admitidas emendas ao projeto de lei do orçamento que concederem dotação para instalação de serviço que não esteja anteriormente criado.
  - ( ) No caso de não cumprimento do prazo fixado nas Constituições ou Lei Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a vigente lei do orçamento.
  - ( ) Poderá ser proposta emenda à lei do orçamento que conceder dotação para o início de obra, sem necessidade de aprovação de órgãos administrativos.
  - ( ) As propostas orçamentárias parciais serão revistas e coordenadas na proposta geral, considerando-se a receita estimada e as novas circunstâncias.
- a) F, V, F, F
  - b) F, F, V, F
  - c) V, F, V, V
  - d) V, V, F, V
  - e) V, V, V, F

43) Assinale a alternativa que **não** indica um dos elementos constituidores da dívida flutuante no Brasil:

- a) financiamentos contraídos com órgão monetário internacional
- b) depósitos
- c) débitos de tesouraria
- d) restos a pagar, excluídos os serviços da dívida
- e) serviços da dívida a pagar

**44) Sobre o plano plurianual, analise os itens abaixo:**

- I. O plano plurianual foi estabelecido por dispositivo da Constituição Federal e a lei que o estabelece é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.
- II. A proposta de Plano Plurianual deve ser elaborada pelo Poder Executivo durante o primeiro ano de mandato do Presidente da República, sendo desnecessária a aprovação do Congresso Nacional para começar a vigorar.
- III. O plano plurianual apresenta macrodesafios e valores que guiam o comportamento para o conjunto da Administração Pública Federal
- IV. O período compreendido pelo plano plurianual é de 4 (quatro) anos, sendo que nesse período cabe ao Estado zelar pela consecução dos objetivos traçados naquele documento.

**Assinale a alternativa correta.**

- a) I e II são corretas
- b) II e III são corretas
- c) Apenas a IV é correta
- d) I, III e IV são corretas
- e) I, II, III e IV são corretas

**45) O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) é um ente auxiliar do Sistema de Serviços Gerais, este último que fora instituído, dentre outras razões, para a coerente administração do patrimônio público. Sobre o SIASG, assinale a alternativa correta:**

- a) O SIASG serve unicamente para catalogação de serviços
- b) A finalidade do SIASG é de integrar e dotar os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional de instrumentos de modernização
- c) O registro de preço de bens e serviços não é abordado pelo SIASG, mas por órgão especial do Ministério das Cidades
- d) O cadastramento unificado de fornecedores faz parte do catálogo de serviços privados que são periodicamente apresentados ao Ministério do Planejamento
- e) O gerenciamento do SIASG é feito pelo Ministro Chefe da Casa Civil

**46) As agências reguladoras são pessoas jurídicas de direito público que servem como um instrumento do Estado para regular e fiscalizar a atividade privada em alguns setores específicos da economia. Sobre as agências reguladoras existentes no Brasil, assinale a alternativa incorreta:**

- a) É função da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) conceder licenças de exploração de infra-estrutura aeroportuária em todo o território brasileiro
- b) A Agência Nacional do Cinema (ANCINE) detém competência para promover o combate à pirataria de obras audiovisuais
- c) Está inserido no escopo de atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o transporte multimodal
- d) A Agência Nacional de Águas (ANA) fiscaliza a exploração da infra-estrutura aquaviária federal
- e) A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é vinculada ao Ministério da Saúde, responsabilizando-se pela fiscalização dos planos de saúde no Brasil

**47) O acesso à informação previsto constitucionalmente compreende os seguintes direitos, exceto o de:**

- a) obter orientação jurídica sobre o ingresso em juízo contra particular para reparação por danos decorrentes do uso de arquivo pessoal
- b) obter informação pertinente à administração do patrimônio público
- c) obter informação primária, íntegra, autêntica e atualizada
- d) obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso
- e) obter informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos

**48) O Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) é um importante órgão colegiado de participação social. Assinale abaixo a alternativa que contém informação correta sobre o referido comitê:**

- a) O CNPCP está vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública
- b) É atribuição do CNPCP construir e manter cadastro de alegações, denúncias criminais e decisões judiciais
- c) O CNPCP é formado por 12 (doze) membros escolhidos pelo Presidente da República
- d) O mandato dos membros do CNPCP é de 5 (cinco) anos
- e) Existem 2 (dois) suplentes para cada membro do conselho

**49) Assinale a alternativa que não apresenta conteúdo de cláusula essencial do Termo de Parceria firmado entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP):**

- a) estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma
- b) previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado
- c) determinação de plano plurianual de atividades que serão executadas sem a necessidade de amparo do Poder Público
- d) objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- e) previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores

**50) Assinale a alternativa em que consta um instrumento de transparência da gestão fiscal:**

- a) Manifestação de entidades de classe sobre o gasto público recorrente e a arrecadação tributária
- b) Leis de diretrizes orçamentárias
- c) Relatório emitido pelo Tribunal de Contas sobre as atividades do ente federativo
- d) Documento elaborado por perito judicial sobre saúde financeira de fundação pública
- e) Parecer do Ministério Público Federal sobre eventual crime de responsabilidade

## PROVA DISCURSIVA - TEMA DE REDAÇÃO

Transcreva a resposta da questão contendo no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

**Considere os textos abaixo:**

### Texto I

O preconceito é uma atitude negativa, composta pelo pensamento estereotipado (aquele que generaliza), por sentimento desfavorável em relação ao seu alvo e pelo comportamento de discriminação.

Esses conceitos ficam evidenciados em várias situações cotidianas. O documentário “O Riso dos Outros”, dirigido por Pedro Arantes, propõe uma discussão acerca da atitude preconceituosa inculcada nas piadas.

A maioria dos comediantes que participaram do documentário, como Danilo Gentili e Rafinha Bastos, justificam o seu modo de trabalhar com o humor dizendo que não existe pretensão política ou social ao fazer uma piada, afirmando que o único objetivo do humorista é fazer com que a sua plateia ria. Deste modo, fica clara a posição de isenção de responsabilidade e certo conforto para se utilizarem de atitudes preconceituosas para fazerem humor.[...]

(Disponível: <http://portalcomportamental.com.br/?p=200>. Acesso em 20/08/2017)

### Texto II

**Além de melhorar o funcionamento do sistema vascular, rir ajuda a relaxar os músculos do rosto e do corpo**

“Rir aumenta a circulação sanguínea, aprimorando também as funções do sistema vascular. A redução do estresse é especialmente benéfica para os hipertensos”, diz a médica Vivienne Halpern, em um boletim da Sociedade Americana de Cirurgia Vascular. [...]

(Fonte: Saúde - iG @ <http://saude.ig.com.br/bemestar/saudealternativa/rir-e-bom-e-faz-bem-ao-coracao/n1596825818479.html>)

**A partir da leitura dos textos de apoio que compõem a sua prova e com base em seu conhecimento de mundo, problematize a respeito dos resultados positivos e negativos oriundos do riso. Amplie sua reflexão sobre a questão e desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema “No convívio social, o riso pode ser remédio ou doença”. Seu texto deverá ser produzido em prosa e conter entre 20 e 30 linhas.**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





